

Editorial

Cristina Montalvão Sarmento

Desventuras democráticas

Desde o último quartel do século xx, em particular após a queda do muro de Berlim no ano de 1989 na Europa, a que simbolicamente se atribui o fim da guerra fria e o fim do antagonismo este-oeste, que os estudos sobre a democracia prosperaram no Ocidente. O final do século parecia assinalar o triunfo do neoliberalismo, da economia de mercado e o apaziguamento entre as nações pelo crescente crescimento em rede do que se veio a denominar globalização, a que a liberalização do comércio internacional, o crescimento da rede aeronáutica mundial e a emergente rapidez da comunicação virtual consolidava. A aclamada vitória da democracia, como sistema que saía vencedor das vicissitudes da história, o crescimento e a crescente unificação Europeia indicavam progressos que, no espaço político dito ocidental, animaram os espíritos mais céticos. Os cientistas sociais e em particular os que se dedicam ao estudo e investigação sobre a política, concentraram a sua atenção sobre os sistemas políticos: federalismo ou integração progressiva da Europa, democracias diretas e indiretas, tudo confluindo nos sistemas políticos comparados, na qualidade das democracias, na orientação dos eleitores, de onde se retirariam as ilações para a progressiva satisfação dos sistemas democráticos que se visava aperfeiçoar. Estudaram-se as vagas de democratização, num arrojo determinístico que parecia inelutável. Sabia-se, é certo, que se dividira o mundo desta vez em norte-sul. A redistribuição da riqueza carecia de ser aperfeiçoada, os conflitos históricos criados no rescaldo da segunda guerra mundial não estavam resolvidos, nomeadamente no Médio Oriente, a corrida ao poder nuclear mantinha-se e as velocidades de crescimento económico eram diferenciadas, o que importava corrigir, mas o “sistema político”, leia-se a democracia, apoiada na globalização, tudo tenderia a resolver.

Esta letargia de crenças foi abalada logo no dealbar do século XXI. O ataque em 2001 ao centro financeiro dos Estados Unidos da América, marcou o acordar do novo século para a realidade da imperfeição do convívio global. O terrorismo emergia como fenómeno cujo estudo era preciso retomar. As culturas e as crenças teleológicas diferenciadas chamavam a atenção sobre si. A “sociedade de risco” já antes teorizada, emergia na sua plenitude. Ao fim da teoria do crescimento ilimitado, substituíam-se agora, a conseqüente rarefação dos recursos e o risco sobre o próprio mundo, em que a humanidade emerge como seu predador, nomeadamente no domínio do ambiente. Ao cenário que se anunciava crítico, uma década depois, a crise financeira despoletada em 2008, adicionou o remate final para a mudança pressentida. Na Europa, a austeridade aplicada desigualmente do centro para a periferia, desencantou muitos; a contração do Estado social daí derivada transportou a participação constatatária política para as ruas e a desagregação política preanunciada pelo “Brexit”, é agravada pelos populismos e autoritarismos crescentes a Leste e, no seio da Ibéria, a proclamação de autonomias históricas levantam novos problemas aos Estados, que se proclamam capazes de manter a crença na autonomia dos seus aparelhos judiciais.

Simultaneamente, os ventos de mudança do norte de África fizeram sentir-se na *Primavera Árabe*, agravaram-se os conflitos no Médio Oriente, potenciados por novos PAN arabismos que se consubstanciam em novas formas, seja um Estado Islâmico em que as fronteiras se tornam permeáveis às crenças, e que na Síria, Estado laico da região, configurou uma guerra civil fratricida. Esta criou novos cenários internacionais de confrontação, vagas migratórias e de refugiados, que em particular transformaram o mediterrâneo num cemitério. Na América do Sul, o esforço de distribuição de riqueza é estancado pelo conluio das classes dominantes, a prisão dos seus dirigentes ou pela força ditatorial de regimes, cujo poder se mantém, não obstante a fome se estenda progressivamente a todas as camadas da população, como na Venezuela, e acompanhe o desmantelamento das instituições criadas. No Brasil, a corrupção emerge de forma manifesta e sucedem-se os golpes palacianos, a coberto da legitimidade do aparelho judicial, agora fortemente contestado.

Deste modo poderíamos sucessivamente elencar, através da realidade que nos é dada viver, neste início de século, as dificuldades e a descrença que se abateu sobre os cenários idílicos que a predominância da democracia tinha antecipado.

Nesta leitura no mundo se enquadram as preocupações dos textos que nos chegam e que agrupamos numa primeira parte sob o título *Derivas da Democracia*. Na Europa, é sobre a Hungria que se concentra a atenção. Um primeiro artigo sobre *O Estado de Direito em Crise* e um artigo sobre *Memory, Trauma and the Securitization of Migration in Contemporary Hungary* são o quadro que emoldura um artigo que sob o título de *Democracia: de volta ao básico, Aristóteles!*, reclama o regresso ao pensamento clássico.

Na segunda parte dedicada a diferentes partes do mundo, mantêm-se bem expressas as preocupações atuais em artigos díspares sobre: *Gender and Sexuality in Islamic Teachings vs. Human Rights 2017: A Literature Review*; *Poder e Discurso: uma análise de conteúdo do discurso de posse dos Ministros das Relações Exteriores do Brasil (2003-2016)*, ou ainda *Governança em cenários de escassez hídrica: uma aná-*

lise comparada dos Complexos Hidropolíticos da África Meridional e da Bacia do Rio Jordão, que espelham a permanência de certas *inquietações e os riscos* que lhes estão associados, cujo título assumimos.

Os livros que apresentamos nas recensões, deste número 9 da *Revista Portuguesa de Ciência Política* têm títulos ilustrativos seja a tradução de *Contra a Democracia*, de Jason Brennan, publicado em Lisboa pela Gradiva e de S. Žižek, *Lenine 2017*, colocado no mercado pela editora de Braga, Elsinore, ambos de 2017, fazem jus ao título deste editorial.

A nossa imagem de capa, cedida e autorizada por INO, *street art*, como vem sendo imagem de marca da RPCP, ilustra ainda esse sentimento de visão deturpada que a comunicação digital implica e que o artista captou, que interpretamos no seu significado político e social.

Finalmente uma palavra de agradecimento é devida aos estagiários do Observatório Político, Helena Tojo, Miguel Perdigão e Sofia Perestrello, que com ânimo e determinação enfrentam a tarefa de se formar, realizando este instrumento de divulgação científica. A toda a equipa editorial da RPCP, ao conselho académico e aos revisores que tornam possível mais este número, os nossos agradecimentos, que se estendem aos serviços editoriais do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa e à pessoa do seu Presidente Professor Doutor Manuel Meirinho, que viabilizam esta edição.